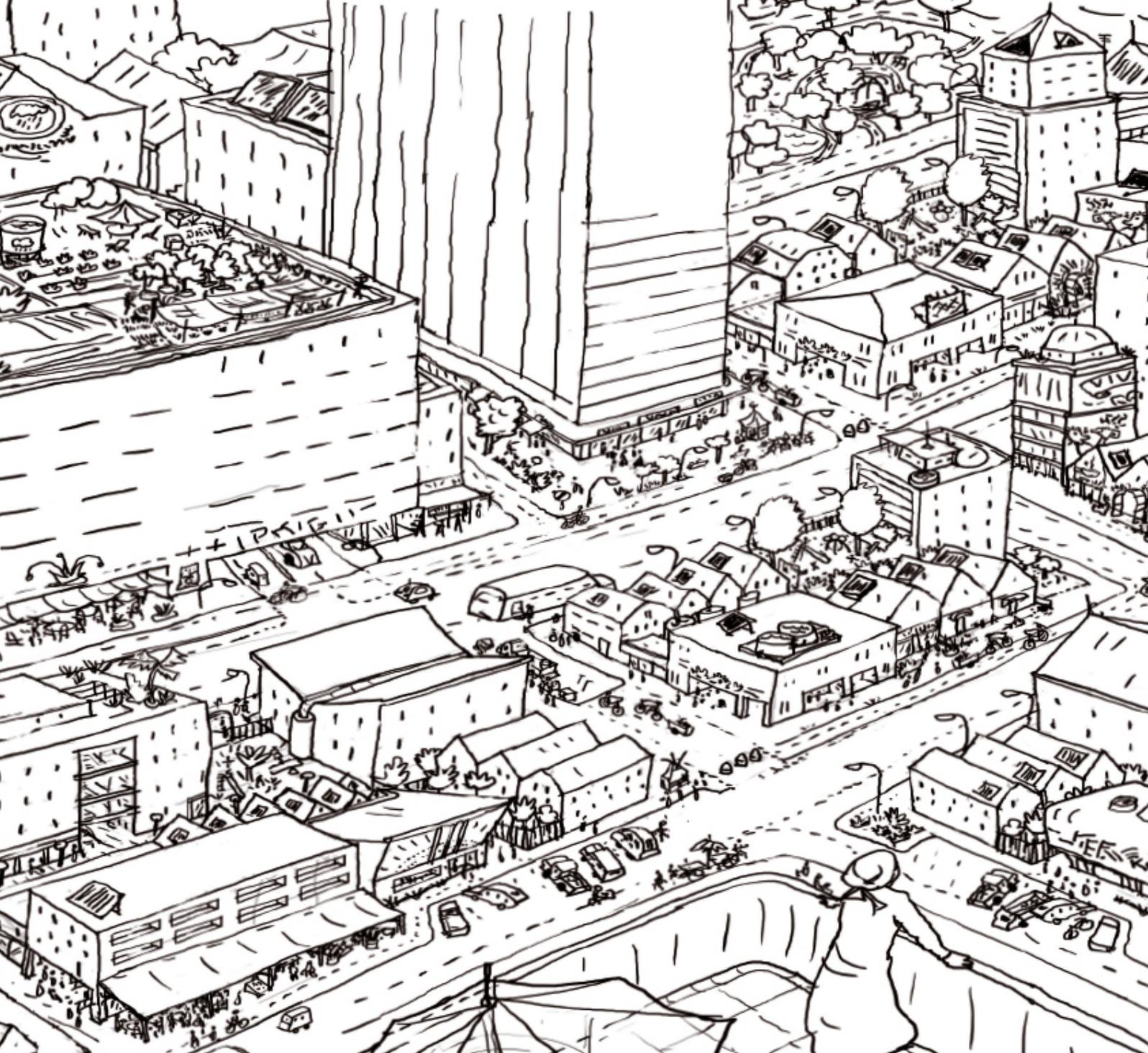




QUADRO DE
AÇÃO DE RESILIÊNCIA

Bafatá 2017 - 2027



ELABORADO POR:

ONU-Habitat Guiné-Bissau em
colaboração com os pontos focais

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

ONU-Habitat Guiné-Bissau
Edifício das Nações Unidas
Rua Rui Djassi
Caixa Postal nº 179-10-11 3º Andar
Bissau - República da Guiné-Bissau
edinilson.silva@unhabitat.org
www.facebook.com/ONUhabitatGBissau

DIMSUR

Centro Técnico Sub-Regional para
a Gestão de Risco de Desastres,
Sustentabilidade e Resiliência Urbana
secretaria@dimsur.org
www.dimsur.org



UN HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE



ONU-HABITAT EM GUINÉ-BISSAU

GUINÉ BISSAU

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, limitada a norte pela República do Senegal, a leste e sul pela República da Guiné e a oeste pelo Oceano Atlântico.



No país, a ONU-Habitat é uma agência não residente do Sistema das Nações Unidas, tendo estabelecido a sua presença em Bissau desde Dezembro de 2015, tornando-se um parceiro privilegiado do Governo guineense e das demais instituições de desenvolvimento.

QUEM SOMOS?

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) é a agência que coordena todas as atividades das Nações Unidas relacionadas aos assentamentos humanos na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável e promoção do direito à moradia adequada para todos.

MANDATO E PRIORIDADES

Por meio da Resolução 56/206 da Assembleia Geral das Nações Unidas, recebeu o mandato de promover MORADIA ADEQUADA PARA TODOS, DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL e de trabalhar por um melhor futuro urbano no âmbito global.

A prioridade é implementar ao nível dos países as recomendações da Declaração de Quito sobre Cidades

e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos (Nova Agenda Urbana) e apoiar os governos nacionais e locais na consecução das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, que almeja "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

OBJETIVOS NO PAÍS

Por meio do documento do Programa País da ONU-Habitat para a Guiné Bissau, pretende apoiar o governo na elaboração de Políticas, Planos e Estratégias no âmbito da Habitação, Desenvolvimento Urbano Sustentável, Melhoria Participativa de Bairros Informais, além de promover instrumentos e mecanismos para a resiliência urbana no âmbito das alterações climáticas.

ÁREAS TEMÁTICAS

- Planeamento e Desenho Urbano;
- Serviços Urbanos Básicos;
- Economia Urbana;
- Legislação, Terra e Governação Urbana;
- Redução de Risco e Reabilitação;
- Habitação e Melhoria dos Bairros Informais;
- Pesquisa e Desenvolvimento das Capacidades.

PRINCIPAIS PARCEIROS

- Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo;
- Secretaria de Estado de Ordenamento do Território;
- Ministério de Administração Territorial;
- Ministério do Ambiente;
- Ministério do Interior/Proteção Civil;
- Agências das Nações Unidas;
- Organizações Não Governamentais;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Instituições de Pesquisa e Universidades.

Plano de Ação de Resiliência: Bafatá 2017-2027

ONU-Habitat Guiné-Bissau

Todos os direitos reservados

Design e layout por UN-Habitat Guiné-Bissau, Bissau, Guiné-Bissau

Foto: UN-Habitat Guiné-Bissau

A ONU-Habitat é o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Os principais documentos que esboçam o mandato da ONU-Habitat são a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), a Declaração de Istambul sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), a Agenda Habitat, e a Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos, também conhecida como Nova Agenda Urbana (Habitat III).

O Escritório Regional da ONU-Habitat para a África está sediado em Nairobi, Quênia, e, atualmente, a agência possui projetos e quadros permanentes em todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

UN HABITAT

United Nations Human Settlements Programme
Caixa Postal: 30030, Nairobi 00100, Kenya
T: +254-20-7623120

www.unhabitat.org



@UNHABITAT



UN-Habitat worldwide



www.facebook.com/UNHABITAT



@unhabitat



QUADRO DE AÇÃO DE RESILIÊNCIA: BAFATÁ 2017 - 2027



SUMÁRIO

Mensagem do Governador.....	01	Ações Prioritárias para a Resiliência da cidade de Bafatá	
Introdução.....	02	Ação Prioritária 01 - Promover o planeamento urbano resiliente.....	14
O Contexto da Cidade de Bafatá		Ação Prioritária 02 - Melhorar infraestruturas de drenagem urbana e vias de acesso.....	16
Perfil da Cidade		Ação Prioritária 03 - Melhorar o sistema de gestão dos resíduos sólidos.....	18
Enquadramento Geral.....	03	Ação Prioritária 04 - Reforçar a segurança pública.....	21
Localização Geográfica.....	04	Ação Prioritária 05 - Desenvolver a economia urbana.....	23
Demografia	04	Ação Prioritária 06 - Criar e reabilitar espaços públicos.....	26
Aspetos Socioeconómicos		Ação Prioritária 07 - Reforçar as capacidades locais para a adaptação às mudanças climáticas e gestão de riscos e desastres.....	29
Economia	05	Implementação, Coordenação e Monitoria	
Sociedade.....	05	Estratégia de Implementação do QARC-BAF.....	32
Estrutura Política e Serviços Públicos		Mecanismo de Coordenação.....	32
Governança Local.....	05	Mecanismo de Monitoria e Avaliação.....	33
Infraestrutura e Serviços Públicos.....	06		
Perfil de Riscos da Cidade de Bafatá			
Ameaças Naturais.....	06		
Condição de Vulnerabilidade de Bafatá.....	07		
Processo de Implementação de CityRAP			
Fase 0 – Visita Preparatória.....	08		
Fase 1 – Curso Intensivo.....	08		
Fase 2 – Tarefas da Cidade.....	09		
Fase 3 – Análise de Dados e Priorização.....	09		
Fase 4 – Elaboração e Validação do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade.....	10		

MENSAGEM DO GOVERNADOR

O Governo Regional de Bafatá, imbuído de aspirações e de ambição na modernização da cidade de Bafatá, insurge-se mediante este afirmar a sua vontade e compromisso na implementação do Plano de Resiliência ora elaborado de forma participativa, que teve sua anuência com base nas auscultações dos cidadãos nos bairros e as diferentes entidades e sensibilidades que operam nesta histórica cidade de Bafatá. Estamos convictos que este instrumento ao ser executado tal como consta, iremos render uma justa homenagem ao nosso líder imortal Camarada Amílcar Lopes Cabral, na terra que lhe viu nascer e, orgulhoso para a promoção do bem-estar social.

Enquanto autoridades administrativas regionais congregadas num equipa de trabalho, estamos disponíveis para contribuir na quilo que for necessários para materialização deste grande projeto para a cidade de Bafatá e, facilitar de

que maneira a viabilização da execução deste plano, contanto sempre com o apoio do governo central e dos parceiros de desenvolvimento, tendo em conta o estado de degradação das infraestruturas e de comunicação em particular as vias de acesso (Ruas e Estradas), entre outros aspetos não menos importantes que constam nas ações a empreender neste plano de resiliência para a cidade de Bafatá.

Este plano para nós representa um marco ímpar na vida da cidade Bafatá, pois a sua amplitude na tendência de melhoria de vida humana é imensurável, por isso reafirmamos em tudo fazer para mobilizar e sensibilizar o governo central e os parceiros de desenvolvimento para que haja um apoio substancial, com vista a sua implementação efetiva ao longo dos próximos 10 anos (2017-2027).

As nossas elevadas considerações.

Saído Embaló

Governador da Região de Bafatá

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país costeiro, integra a lista dos Pequenos Estados Insulares e é altamente vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas, particularmente à erosão costeira ligada ao aumento do nível médio do mar, inundações, tempestades, erosão fluvial, ventos fortes, elevadas temperaturas e seca. A cidade de Bafatá, apesar de ser continental, é também costeira e muito vulnerável aos impactos adversos das alterações climáticas, que aliás, já se fazem sentir, agravados pela fraca capacidade das autoridades locais na perspetiva pró-ativa e reativa. Por isso, foi implementada a ferramenta de Planificação de Ações de Resiliência das Cidades (CityRAP) para introduzir a dimensão gestão de riscos e desastres naturais nas estratégias de desenvolvimento local.

É uma ferramenta de planificação aplicada à diferentes escalas territoriais, e que está a ser utilizada em 09 países e mais de 19 cidades da África subsaariana. Ela foi desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) em colaboração com o Centro Técnico para a Redução de Risco de Desastres, Sustentabilidade e Resiliência Urbana (DiMSUR). O planeamento e o desenvolvimento urbano devem produzir sistemas urbanos que têm maior capacidade de absorver os choques e se adaptar aos impactos. Em momentos de desastre, os impactos e as perdas podem ser substancialmente reduzidos se as autoridades, as pessoas e as comunidades em áreas propensas são resilientes, ou seja, que estejam bem preparadas, prontas

para agir e equipadas com o conhecimento e as capacidades para a gestão eficaz dos desastres, dentro de uma perspetiva de desenvolvimento a longo prazo.

Foi nesta base que se desenvolveu CityRAP com propósito de fortalecer as capacidades internas da cidade, planificando ações integradas e transversais que permite as autoridades locais gerir de forma eficaz os riscos das alterações climáticas que ameaçam o desenvolvimento da cidade. O processo metodológico para sua elaboração foi amplamente participativo, integrado e inclusivo com foco na valorização dos recursos locais. Isto é, a verdadeira lógica de desenvolvimento “de baixo para cima”, onde os técnicos locais designados de Pontos Focais, foram treinados na base de técnicas de “aprender-fazendo” e elaboraram deste modo, este importante instrumento de governação que vai conduzir a cidade de Bafatá nos próximos 10 anos (2017-2027) para um desenvolvimento local resiliente e sustentável.

Portanto, é um documento de política que constitui ponto de convergência entre as diferentes Agendas. A sua implementação concorre para realização de: Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), Agenda 2063 (Africana de Desenvolvimento), Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka” (2015 – 2025), UNPAF - Quadro de Parceria Estratégica assinado entre o Governo da Guiné-Bissau e as Nações Unidas (2016-2020) e Plano de Desenvolvimento Regional de Bafatá.

O CONTEXTO DA CIDADE DE BAFATÁ

A Cidade de Bafatá nos últimos anos conheceu um crescimento populacional exponencial, fazendo com que a concentração urbana determine a rotina da sociedade. Estes espaços de nova procura de melhores condições de vida servem como elementos impulsionadores da economia local. No entanto a cidade pode se transformar e ser vista como elemento gerador de novos riscos, nomeadamente nas infraestruturas e serviços deficientes, degradação do meio ambiente, o aumento desenfreado de ocupações irregulares, fazendo crescer construções anárquicas pouco resistentes às tempestades que a cidade de Bafatá foi confrontada nos anos de 2016 e 2017. Entretanto, convém frisar que a situação desta natureza faz com muitos cidadãos sejam mais vulneráveis as ameaças naturais.

As estratégias de tais riscos assentam-se na conscientização dos cidadãos e um compromisso visando boas práticas de desenvolvimento, por forma a diminuir os riscos de desastre e incrementar o bem-estar, além de dotar uma maior segurança aos cidadãos de Bafatá, promovendo um investimento no presente de modo a assegurar um melhor amanhã. As sensibilizações e envolvimento de líderes de opiniões e gestores públicos, privados e a sociedade civil tem como finalidade persuadir o cumprimento das diretivas da edilidade local (serviços da Câmara Municipal), que deve servir como ponto de partida do plano de resiliência abrangente a todas as áreas que compõem os serviços básicos e de habitat das populações dos diferentes bairros da Cidade de Bafatá. A diminuição de riscos da cidade de Bafatá apresenta diversos benefícios aplicando regras e normas para construir uma cidade resiliente em harmonia com os atores locais e as redes da sociedade civil. Estas ações quando bem aplicadas tendem

a diminuir a pobreza e a incrementar a geração de emprego, a equidade social e as oportunidades comerciais.

Os gestores municipais devem representar o nível institucional mais próximo dos cidadãos de Bafatá e são os líderes de quem se esperam que respondam as necessidades e a segurança de seus habitantes locais. Sua participação e engajamento representa um aspeto vital na construção de uma cidade resiliente.

Entendemos que a resiliência é a capacidade de uma cidade se recuperar perante as adversidades ambientais e ultrapassá-las. Este conceito remete para a capacidade de restauração de uma cidade que foi confrontada com desastres naturais. Atualmente, o meio ambiente é fortemente influenciado pelas atividades humanas, e isto se dá pela dependência dos sistemas sociais em relação aos recursos e aos serviços providenciados pelos ecossistemas. O plano urbano da Cidade de Bafatá deve ser responsável e sustentável, acautelando a prevenção e a mitigação bem como a capacidade de regeneração da cidade, face aos eventos que as podem ameaçar. Os riscos, que podem ter causas naturais, tecnológicas ou sociais, precisam ser evitados, com um quadro de ação bem delineado e competente por forma a assegurar uma gestão urbanística rigorosa, capaz de fortalecer e assegurar o um investimento eficaz para a Cidade de Bafatá.

PERFIL DA CIDADE

Enquadramento Geral

A Cidade de Bafatá, surgiu como povoação em 1907, situada na confluência dos rios Geba e Clufi, razão pela qual foi batizado logo a nascença como o nome de

Bafatá, termo que significa “Entre Rios”. Anos após seu surgimento foi para ali transferida a residência do administrador que se encontrava na vila de Geba a 18 km da Cidade de Bafatá. A organização administrativa de 1912, mantém-lhe a Sede de Circunscrição Civil de Geba e a de 1919, transforma-a definitivamente em sede de Circunscrição Civil de Bafatá.

Em 1914 Bafatá já é Vila. 1952 foi honrada com a descentralização administrativa promulgando-se a portaria nº 404 de 15 de maio do mesmo ano, que levou a circunscrição à categoria de Conselho de 3ª classe, originando a vila de Bafatá, a cabeça de Conselho, criando para o efeito, uma junta local. O Diploma Legislativo Ministerial nº4, de maio de 1955, dá a vila de Bafatá, o direito de usar armas. O Diploma Legislativo nº1605 do Governo da então província da Guiné, aprova o Farol da Vila de Bafatá, publicado no 4º Suplemento do Boletim Oficial nº 17, de 8 de maio de 1955.

Em maio de 1956, através de um despacho, o Encarregado do Governo elevou a categoria de Comissão Municipal, o corpo administrativo do Concelho de Bafatá, denominado junta local. O Diploma Legislativo nº 1891, do então Governo da Guiné, publicado no suplemento do Boletim Oficial nº 10, de 15 de maio de 1970, eleva a Vila de Bafatá, do Concelho do mesmo nome, a categoria da cidade, com a designação de “Cidade de Bafatá”.

Localização Geográfica

A Cidade de Bafatá fica localizada no centro oeste da região, tendo como limite pela parte Este tabanca de Cumuda que dista 5 km, a Oeste pelo Rio Geba que circunda toda a baixa da cidade fazendo separação com Ganadú a Ponte que liga Bafata ao Setor de Ganadú, pela parte

sul a ponte que liga Bafatá – Bissau e pela parte Norte a Bolanha de Nhambanha.



Figura 1. Mapa da Guiné-Bissau, com a Região Bafatá em destaque e a localização da Cidade de Bafatá.

Demografia

Em conformidade com os dados obtidos do Censo de 2009, a Cidade de Bafatá conta atualmente com 28.302 habitantes, sendo 14.375 do sexo feminino e 13.927 do sexo masculino. Aproximadamente 14% da população da região reside na Cidade de Bafatá.

Tabela 1. Censo Populacional da Cidade de Bafatá no ano 2009 (continua).

Nome do Bairro	Desagregação de habitantes por sexo		TOTAL
	M	F	
Ponte Nova	1306	1495	2801
Bairro Palhota	167	148	315
Bairro Iussi	458	454	912
Cuburnel	233	214	447
Bairro Baixo Rocha	65	56	121
Bairro Amadora (Iussi)	379	387	766
Bairro 2 Banculem	441	389	830
Bairro 3	791	847	1638
Bairro 4	1856	1846	3702
Bairro Pista	536	563	1099
Sintcham Bilali	782	849	1631
Bairro Sintcham Adulai	370	424	794
Bairro Praça	142	97	239
Rua Porto	880	902	1782
Bairro Nema	297	323	620
Bairro Binalú	333	356	689

Tabela 1. Censo Populacional da Cidade de Bafatá no ano 2009 (fim).

Nome do Bairro	Desagregação de habitantes por sexo		TOTAL
	M	F	
Bairro 5 Caibara 1	1049	1166	2215
Bairro 5 Caibara 2	240	265	505
Bairro Welingara	181	190	371
Bairro Tunturum	616	608	1224
Bairro Siberia	981	945	1926
Bairro Policia	671	736	1407
Bairro Gundaguê	43	48	91
Cidade Bairro 1 Rua Porto 2	48	41	89
Ponte Nova 2	393	360	753
Bairro Tunturum 2	185	176	361
Bairro 3 - C.Bafatá	181	143	324
Nema Secção 2	297	347	644
Missão Católica	6	0	6
TOTAL GERAL HABITANTES	13927	14375	28302

ASPETOS SOCIOECONÓMICOS

Economia

A Cidade de Bafatá é a segunda maior do país. Ela se encontra em constante desenvolvimento, com um circuito comercial bastante avançado a concorrer com o mercado da capital Bissau. A Cidade abriga algumas indústrias, nomeadamente a Cerâmica de Bafatá, que produz telhas e tijolos, a indústria de algodão que além de promover o emprego, cria riqueza junto aos camponeses, as indústrias de transformação de madeira (Maudou Sano) que empregam muitas pessoas. Importa salientar que Bafatá detém a segunda maior reserva de gado bovino do país e grande extensão do seu território é sulcado pela bacia dos rios Geba, Clufi e Corubal, que dotados de águas doces, favorecem grandemente a prática de agricultura – a principal fonte da riqueza da região e do país.

Sociedade

A Cidade de Bafatá, capital da região de Bafatá, acolhe um grande número de habitantes, de todas as etnias (tribos) tendo a destacar as fulas, mandingas, djakancas, balantas, saracoles, manjacus, beafadas, cristão de geba, balanta manes, etc. Convém salientar que a maioria dos habitantes professam a religião muçulmana. A Cidade conta ainda com as religiões católica, evangélica, protestante, entre outras. Podemos concluir que reina uma convivência pacífica multicultural e o respeito pela diferença na ideologia dos cidadãos de Bafatá.

A Cidade conta atualmente com 31 Escolas, sendo 9 do ensino público, 6 comunitárias, 9 privadas, 3 madrassas, 4 jardins infantis e, com um efetivo escolar de 14.589 alunos, dos quais 7.518 do sexo masculino e 7.071 do sexo feminino.

ESTRUTURA POLÍTICA E

SERVIÇOS PÚBLICOS

Governança Local

Bafatá assumiu o *status* da sede de Região dois anos após independência da Guiné Bissau em 1975 com a aprovação da Lei nº 2/97, ao lado das outras 8 aglomerações urbanas do país. Bafatá é uma das cidades mais densamente povoadas na província Leste da Guiné Bissau.

Na Cidade de Bafatá está presente um aparelho governamental composto pelos seguintes órgãos: Governo da Região (Comité de Estado) e Administração do Setor. O Governo da Região é liderado pelo Ministro de Administração Territorial, o qual nomeia o governador. Trata-se do órgão executivo da região, composto por 4 Gabinetes e 186 funcionários. Compete à

gestão regional os assuntos da Cidade nas áreas do desenvolvimento económico e social local, o meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida; abastecimento público, saúde, educação, cultura e desporto, polícia, urbanização construção e habitação. A Administração do Setor é composta por 17 membros recrutados pela afinidade política e tem por competência pronunciar-se sobre os assuntos chaves para o desenvolvimento da Cidade, assim como acompanhar e fiscalizar as atividades das demais estruturas.

A Cidade está dividida em 28 bairros, todos com representação assegurada na estrutura administrativa do Comité de Estado por meio dos Chefes de Bairro.

Infraestrutura e Serviços Públicos

A Cidade de Bafatá conta com 8 escolas de ensino primário distribuídas entre os bairros de Nema, Ponte Nova/Palhota, Binalu, Tunturum, Bairro-3, Sintchã Bilale, 12 de Setembro, Calust Kulbenquian, duas escolas secundárias (14 de Novembro, Missões católicas) e uma instituição de nível técnico.

A rede sanitária na Cidade é composta por duas unidades. O hospital regional possui uma maternidade e 35 leitos para internamento. O Centro de Saúde presta atendimento a grávidas e menores.

O acesso à água se dá principalmente por meio de rede canalizada fora de casa, fontanário ou poço. Uma minoria (1.1%) possui canalização direta da água dentro de casa. A eletricidade é a principal fonte de energia para cerca de 8% dos habitantes da Cidade, sendo que a maioria da população ainda depende de vela/lanterna. A maior parte dos habitantes tem acesso a latrinas (cerca de 85%, principalmente latrinas tradicionais) e

somente 5.1% possuem retrete ligada à fossa séptica (INE-Recenseamento Geral da População e Habitação 2009).

A Cidade é servida por uma rede de vias rodoviárias em avançado estado de degradação, e que não possibilitam a conectividade entre os bairros. A Cidade de Bafatá conta com uma estrada em terra batida e conecta-se à região de Kolda (República do Senegal). Por fim, Bafatá possui poucos espaços públicos essenciais como jardins, discotecas, campos de futebol, cines e bibliotecas.

PERFIL DE RISCOS DA CIDADE DE BAFATÁ

A Cidade de Bafatá enfrenta uma série de riscos ligados a possíveis choques e stress de origem natural e resultantes da ação humana. Os riscos de desastre resultam da interseção entre a probabilidade de ocorrência de ameaças naturais e a vulnerabilidade do território e da população afetada.

Grande parte dos riscos que afetam Bafatá decorrem de sua localização geográfica, mas a condição de vulnerabilidade da Cidade está diretamente ligada ao padrão de desenvolvimento urbano da cidade e às condições socioeconómicas de sua população.

Ameaças Naturais

Bafatá é situada em região de clima tropical quente e húmido (UCCLA, 2017). A Cidade sofre com o fenómeno da seca devido à escassez de árvores de grande porte, resultante da devastação florestal iniciada em 2012, e a pluviometria irregular, muitas vezes abaixo da média desde 2013, ventos ciclónicos e chuvas fortes que causam

danos à população da cidade de Bafatá e à seus bens.

Bafatá é afetada com frequência por precipitação de grande intensidade durante a época da chuva, que condiciona enchentes em inúmeros bairros da Cidade. Uma das áreas propensas às ameaças naturais são as margens do rio Geba, onde a Cidade se situa. As cheias representam uma ameaça particularmente grave para a parte mais baixa da Cidade. As cheias que atingem alguns bairros da cidade (Ponte Nova, Nema, Binalu, etc.) dependem da intensidade das chuvas ao longo do ano. O rio não possui diques que influenciam as cheias ou inundações. Ventos fortes e queimadas são outras ameaças com que os cidadãos deparam, não obstante a inoperância dos serviços de proteção civil instalados sem meios materiais e humanos suficientes para fazer face a uma ameaça.

Condição de Vulnerabilidade de Bafatá

O processo de construção (habitação, vias de acesso) acelerado e muitas vezes desordenado que a cidade tem presenciado constitui grande parte do risco que afeta Bafatá. Este crescimento gerou a criação e a expansão de assentamentos informais densamente povoados e unidades de habitação precárias com quase nenhum acesso aos serviços essenciais básicos.

Com uma população de 38.850 habitantes, a cidade de Bafatá é mais densa do que as demais cidades da região (Bambadinca, Xitole, Gamamudo, Contuboele e Cossé). As casas e edifícios em Bafatá são construídos em sua maioria com materiais não convencionais como blocos de argila, blocos de areia com cimento, madeira, bambus, palmeiras, muitas vezes sem levar em consideração as calamidades

que frequentemente afetam a Cidade. A vulnerabilidade habitacional multiplica o impacto de ameaças naturais como cheias e ventos fortes, aumentando os riscos de danos a população e seus bens. Ademais, a falta de planejamento urbano adequado pode gerar a impermeabilização do solo quando não há uma rede de drenagem adequada. Em Bafatá, as áreas informais encontram-se mais isoladas das infraestruturas e serviços públicos como escolas, hospitais, rede de comunicação, energia, água e vias rodoviárias, agravando as condições de vulnerabilidade.

A população da Cidade de Bafatá também enfrenta condições de vulnerabilidade socioeconómica. A proporção da população cujo consumo per capita está abaixo da linha da pobreza é estimada em cerca de 90%. Já a dependência excessiva de um único tipo de atividade económica – a agricultura – resulta em pouca flexibilidade para estratégias de subsistência em períodos de fortes cheias e secas, por exemplo. A população da Cidade de Bafatá também é afetada por epidemias como a malária e especialmente o HIV/SIDA.

O nível de precipitação tende a diminuir nos próximos 20 anos na região de Bafatá, dado o avanço de deserto a partir da zona fronteira com a República do Senegal (Estação Meteorológica de Bafatá, 2017). Com isso, a região poderá sofrer por um lado pela seca e por outro pela irregularidade de chuvas e ventos fortes, que já se fazem sentir. Isto é, caso as medidas de mitigação e adaptação não sejam tomadas.

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE CITYRAP

O processo de implementação de CityRAP em Bafatá foi caracterizado por uma abordagem participativa e inclusiva, dividido em fases sequencialmente estabelecidas, a saber:

- Fase 0 – Visita Preparatória;
- Fase 1 – Curso Intensivo;
- Fase 2 – Tarefas da Cidade;
- Fase 3 – Análise de Dados e Priorização;
- Fase 4 – Elaboração e Validação do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade.



Figuras 2 e 3. Reunião com as Autoridades Locais.

FASE 0 - VISITA PREPARATÓRIA

Data: 07 de Fevereiro de 2017

Local: Cidade de Bafatá

Objetivo: Sensibilizar as autoridades locais com vista ao seu engajamento na implementação de CityRAP.

Atividades:

- Reunião com os responsáveis da cidade para apresentação do processo e obter garantias de interesse e comprometimento máximo;
- Apresentação dos benefícios e requisitos das partes; e
- Assinatura do Termo de Compromisso.



FASE 1 - CURSO INTENSIVO

Data: 04 a 07 de Abril de 2017

Local: Sala de reunião do Comité de Estado de Setor de Bafatá

Participantes: 25

- Comité de Estado,
- Instituições públicas, incluindo forças de defesa e segurança;
- Poder Tradicional;
- Organizações da Sociedade Civil locais (ONG, Plataforma de Mulheres, Liga Regional dos Direitos Humanos); e
- Associações de Base (incluindo Parlamento Infantil da região de Bafatá).

Objetivo: Apresentar o processo metodológico da ferramenta CityRAP e introduzir os conceitos chaves sobre a resiliência urbana.

Principais Atividades:

- Treinamento intensivo;
- Seleção de Pontos Focais-responsáveis pela condução do processo de elaboração do Quadro de Ação para Resiliência Urbana da Cidade de Bafatá;

- Distribuição das tarefas da cidade.



Figuras 4 e 5. Formação em Bafatá.

FASE 2 - TAREFAS DA CIDADE

Data: 10 a 29 de Abril de 2017

Local: Sala de reunião do Comité de Estado de Setor de Bafatá

Participantes: 10

Pontos Focais (PFs) selecionados durante a Fase 1.

Objetivo: Recolher e compilar dados relevantes para avaliar o estado da resiliência da cidade por meio de metodologia participativa e inclusiva, que valorizam o conhecimento local para efeito de priorização.

Principais Atividades:

- Realização da autoavaliação institucional;
- Condução do processo de Planeamento Participativo (PP) nos 10 bairros¹ mais vulneráveis da cidade; e
- Compilação e organização de dados e informações.



Figura 6. Mapeamento.



Figura 7. Restituição de PP nos Bairros.

FASE 3 - ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

Data: 15 a 19 de Maio de 2017

Local: Sala de reunião do Comité de Estado de Setor de Bafatá

¹ Sintchá Bilale, Ponte Nova, Sintchá Mamadu, Binalu, Nema, Praça, Bairros 1, 3, 4 e 5.

Participantes: Esta fase foi marcada por duas atividades distintas a saber:

- Discussão por pilar, conforme a metodologia recomendada – 97 participantes;
- Reunião dos Grupos Focais – 10 participantes.

Objetivo: Definir de maneira participativa as prioridades da Cidade na perspectiva de construir a sua resiliência.

Principais Atividades:

- Realização das Discussões ao nível dos Grupos Focais;
- Realização do Seminário de Priorização;
- Distribuição das tarefas de Fase 4.



Figuras 8 e 9. Seminário de Priorização.

FASE 4 - ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DO QUADRO DE AÇÃO PRA RESILIÊNCIA DA CIDADE

REVISÃO

Data: 03 a 07 de Julho de 2017

Local: Sala de reunião do Comité de Estado de Setor de Bafatá

Participantes: 12 (PFs)

- Consultas técnicas nas instituições especializadas.

Objetivo: Determinar ações prioritárias para elaboração da primeira versão do Quadro de Ação e fazer a revisão completa do QARCBaf durante o seminário.

Principais Atividades:

- Realizar Avaliação de Base;
- Rascunho da primeira versão do Quadro de Ação para Resiliência da Cidade;
- Condução do Workshop de Revisão; e



Figura 10. Workshop de Revisão do QARCBaf.

VALIDAÇÃO

Data: 10 de Outubro de 2017

Local: Sala de reunião de UNIOGBIS, em Bafatá

Participantes: 37

Objetivo: Apresentar o Quadro de Ação para Resiliência da Cidade, discutir e validar o QARBaf junto às autoridades locais.



Figura 11. Seminário de Validação do QARCBaf.



Figura 12. Trabalhos de grupo no seminário.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A RESILIÊNCIA DA CIDADE DE BAFATÁ

O caminho em direção a uma Cidade ordenada, resiliente e próspera, passa pela execução de atividades essenciais que visem a diminuição da vulnerabilidade da Cidade.

Com o intuito de identificar e detalhar tais atividades chaves, sete ações foram identificadas, selecionadas e priorizadas, por meio da metodologia participativa engendrada por próprios filhos de Bafatá a partir da Ferramenta CityRAP, como soluções aos principais problemas a constar no Quadro de Ação de Resiliência da Cidade.

Para cada uma destas ações prioritárias, uma série de atividades específicas foram delineadas a curto, médio e longo prazos, que deverão ser financiadas com fundos próprios decorrentes da recolha das taxas/impostos da Cidade, e outros a serem mobilizados pelo Governo e parceiros de desenvolvimento nos próximos anos, para assim, fortalecer as capacidades locais, construindo consequentemente a resiliência da Cidade, num horizonte temporal de 10 anos. Os valores apresentados nas tabelas são estimados e deverão ser

atualizados mediante os estudos ou projetos elaborados. A implementação de tais atividades por partes de diferentes *stakeholders*², contribuirá para que Bafatá alcance a resiliência urbana e, naturalmente, construa as bases para um desenvolvimento local seguro, inclusivo e equitativo, à luz das Agendas 2030 e 2063.

Para cada atividade foi identificado o seu responsável. Portanto, as ações de concertação e integração são elegidas como única forma para uma atuação mais impactante. Neste caso, cabe ao Gabinete Regional de Plano e Estatística desempenhar esse papel de coordenação, conforme adiante explicado.

Naturalmente, é necessário compreender que o presente Quadro de Ação, enquanto instrumento de trabalho de Governo local, pretende apenas jogar um papel de complementaridade com outros instrumentos de governação local existentes e estabelecer as necessárias ligações tanto com o Plano Estratégico e Operacional TerraRanka, a Agenda Africana de Desenvolvimento e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 2. Ações Prioritárias

PRIORIDADE 1	Promover o planeamento urbano resiliente
PRIORIDADE 2	Melhorar infraestruturas de drenagem urbana e vias de acesso
PRIORIDADE 3	Melhorar o sistema de gestão dos resíduos sólidos
PRIORIDADE 4	Reforçar a segurança pública
PRIORIDADE 5	Desenvolver a economia urbana
PRIORIDADE 6	Criar e reabilitar espaços públicos
PRIORIDADE 7	Reforçar as capacidades locais para a adaptação às mudanças climáticas e gestão de riscos de desastres

VISÃO DA CIDADE DE BAFATÁ

Bafatá, cidade integral, infraestruturada para explorar o seu potencial histórica e cultural para o desenvolvimento resiliente e sustentável

² Partes Interessadas

AÇÃO PRIORITÁRIA 1: PROMOVER O PLANEAMENTO URBANO RESILIENTE

Resultados Esperados:

Bafatá cidade próspera e diversificada, onde o planeamento urbano e a integração social constituem as bases para mobilidade urbana e suporte para o desenvolvimento local resiliente e sustentável

Bafatá é uma Cidade tal como muitas no país que tem uma zona formal bem urbanizada e com concentração de certas infraestruturas indispensáveis para responder às necessidades populacionais. Com o tempo, os planos urbanísticos elaborados nas épocas remotas foram abandonados, o que promoveu uma expansão desordenada da Cidade, com as infraestruturas criadas durante a sua fundação quase sem qualquer manutenção e com os bairros novos a serem criados de forma espontânea, sem respeito aos padrões urbanísticos.

A Cidade não dispõe de mapa cartográfico atualizado, Plano Diretor, Política Urbana, planos urbanísticos (ocupação e expansão de solo), entre outros instrumentos importantes de planificação e governação urbana. A Delegacia Regional de Obras Públicas conta com quadro pessoal reduzido, pouco qualificado e sem condições de trabalho para atender grandes questões ligadas a conflitos de ocupação de terras.

Como acima referido, o surgimento de bairros informais espontâneos, aglomerações sem condições de saneamento, têm proporcionado problemas de saúde como: doenças de

origem hídrica, cólera, paludismo, etc. É igualmente uma Cidade com elevada taxa de prevalência de HIV/SIDA devido a vários fatores, dentre os quais se encontra a falta de urbanização.

Não é menos verdade afirmar que favorece os riscos da criminalidade, embora ainda pode ser considerada baixa comparada com outras cidades do país. Entretanto, se não forem imprimidas medidas tendentes a sua alteração as consequências serão maiores.

A maioria das casas da cidade de Bafatá são construções precárias, construídas com materiais locais muito frágeis, sem terem em conta os vários riscos de caráter natural e antrópico.

Devido a cultura da sua população dominante que praticam a pastorícia de modo rudimentar, e reforçada com a exploração desenfreada de madeiras entre os anos 2012 a 2014, intensificou ainda mais as altas temperaturas, tal que a cidade é conhecida como das mais quentes do país.

Por isso, há a necessidade de requalificação dos bairros informais, para que os cidadãos possam ter acesso a serviços básicos indispensáveis.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Curto Prazo (0-2 anos)				
Elaborar Plano Diretor da Cidade e Pormenor dos bairros, considerando os riscos e desastres naturais característicos do local	Ministério das Obras Públicas (Geografia e Cadastro e Urbanismo)	UN-H, Agências de Cooperação, PNUD, BOAD, UE, UEMOA	Ponte Nova, Binalu, Nema, Pista, Tunturum, Palhota, Sibéria, St. Bilale, Bairro Polícia	10.000.000
Produzir mapa urbanístico atualizado da cidade de Bafatá	Ministério das Obras Públicas (Geografia e Cadastro e Urbanismo)	UN-H, Agências de Cooperação, PNUD, BOAD, UE, UEMOA	Cidade	25.000.000
Reforçar as capacidades técnicas e materiais da Delegacia Regional de Habitação e Urbanismos	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID, ONGs, Agências de Cooperação, Com. de Estado	Cidade	35.000.000
Aprovação dos Planos Diretor e Pormenor dos Bairros	Comité de Estado	MOPCU, UN-H, Agências de Cooperação, PNUD, BOAD, UE, UEMOA	Cidade	5.000.000
Criar comité de gestão de conflito de terra	Comité de Estado	Agências de Cooperação, Entidades Religiosas, Sociedade Civil; Parcerias Públicas e Privadas	Cidade	2.000.000/ano
Criar programas de sensibilização para melhorar a ocupação e expansão urbana	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	Agências de Cooperação, Comité de Estado, Parcerias Públicas e Privadas, Poder Tradicional	Cidade	3.000.000
Médio e Longo Prazo (2-10 anos)				
Implementar atividades de requalificação conforme o Plano Pormenor	Comité de Estado	UN-H, Agencias de Cooperação, PNUD, BOAD, BAD, UE, UEMOA, Ministério das Obras Publicas	Ponte Nova, Binalu, Nema, Pista, Tunturum, Palhota, Sibéria, St. Bilale, Bairro Polícia	1.000.000.000

AÇÃO PRIORITÁRIA 2: MELHORAR INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM URBANA E VIAS DE ACESSO

Resultados Esperados:

A cidade dispõe de infraestruturas de drenagem seguras e sustentáveis que lhe permite reduzir os riscos de desastres provocados pela inundação e colaborar para melhoria da qualidade de vida das populações

A Cidade de Bafatá está localizada em uma área cujo solo é composto por muitas rochas, o que dificulta a infiltração de água no mesmo. Isto faz com que muitas áreas da cidade fiquem completamente alagadas, uma vez que não existem canais de drenagem suficientes e, as existentes, particularmente na praça estão em péssimas condições devido à falta de manutenção.

Durante a época das chuvas, as zonas baixas da Cidade ficam alagadas, o que torna estas áreas intransitáveis. Os riscos aumentam quando ocorrem chuvas constantes durante dias seguidos, o que provoca aumento de caudal do rio que passa junto a Cidade.

As ruas da Cidade são de terra batida e estão completamente degradadas. Por não existir canais de drenagem

ficam completamente inundadas pelas águas pluviais e torna difícil o acesso. As águas estagnadas constituem então, focos de contaminações, com vetores e muitas vezes as famílias ficam isoladas e desprovidas de meios de transportes.

Por estas razões, a cidade necessita de uma intervenção neste setor para assegurar a vida dos cidadãos e dos seus bens, sendo esta infraestrutura muito importante para contribuir na melhoria de qualidade de vida da sua população.

É urgente uma intervenção para implantação de canais de drenagem, sensibilizar as comunidades locais para participarem ativamente na manutenção e conservação e promoção de uso adequado para não só, gerir riscos de desastres e de catástrofes naturais como também, garantir-lhes melhor qualidade de vida.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Médio Prazo (2-5 anos)				
Elaborar estudos técnicos e projetos de execução de drenagem	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID, ONGs	Cidade	50.000.000
Aprovação de estudos técnicos para as obras de drenagem	Comité de Estado	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID, ONGs	Cidade	1.000.000
Longo Prazo (5-10 anos)				
Implementar obras de drenagem nos Bairros	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, UE, BOAD, BAD, BID, ONGs, Agências de Cooperação, Comité de Estado	Rua Porto, Pista, Tunturum, Bairros 1, 2 e 3	139.500.000
Implantar programas de Reabilitação de ruas	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, EU, BOAD, BAD, BID, ONGs, Agências de Cooperação, Comité de Estado	Praça, Rua Porto, Pista, Tunturum, Bairros 1, 2 e 3	500.000.000
Construir descarregadores de águas pluvial	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, EU, BOAD, BAD, BID, ONGs, Agências de Cooperação, Comité de Estado	Tunturum, Ponte Nova, Praça, Pista	270.000.000
Realizar ações de sensibilização nos bairros para melhor utilização de canais de drenagem	Rádio Comunitária de Bafatá (RCB)	UN-H, UEMOA, PNUD, BM, EU, BOAD, BAD, BID, ONGs, Agências de Cooperação, Comité de Estado	Cidade	25.000.000
Realizar ações de manutenção	Comité de Estado	Ministério de Economia e Finanças	Cidade	2.500.000/ano

AÇÃO PRIORITÁRIA 3: MELHORAR O SISTEMA DE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Resultados Esperados:

Introduzir técnicas de 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) na gestão integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e desenvolver atividades alternativas geradores de emprego e renda para jovens

Nos últimos anos, a Cidade de Bafatá tem registrado um crescimento rápido e desordenado, novos assentamentos informais em áreas de expansão sem obedecerem às regras e leis em vigor. Este crescimento levou ao aumento da produção de lixo urbano, o qual é depositado de maneira inadequada devido à falta de estrutura para gerir os resíduos e removê-los para lugar seguro. A falta de uma política clara de gestão dos resíduos sólidos urbanos, os poucos meios disponíveis e a falta de conhecimentos técnicos para realização de um trabalho adequado, faz com que a Cidade não ofereça condições de saúde apropriadas para os seus cidadãos.

Na Cidade, pode-se notar lixo espalhado por todas as partes, sem solução à vista. Este lixo está a empobrecer o solo e

certamente tem impactos negativos no meio ambiente, além de influências negativas na saúde das pessoas, dos animais e na segurança alimentar.

Portanto, é importante a inclusão de gestão de resíduos sólidos no quadro de Ação da Resiliência da Cidade de Bafatá para poderem fazer face a este fenómeno que está a ser um problema grande para o crescimento da cidade e, se uma medida acertada não for tomada, as condições de vida dos cidadãos, o meio ambiente e a governação urbana estarão em risco.

Neste sentido, considera-se que a infraestruturação e fornecimento de serviços básicos urbanos com gestão adequada de lixo pode desempenhar um papel importante na garantia da qualidade de vida e condição para construção da resiliência da cidade.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Curto Prazo (0-2 anos)				
Aquisição e fornecimento ao Departamento de Saneamento, materiais e equipamentos para recolha e evacuação de lixo	Comité de Estado	IMP, PNUD, UN-H, EMOA	Cidade	370.000.000
Implantar pontos de deposição de lixos nas áreas formais, informais e requalificadas	Comité de Estado	IMP, Ministério das Finanças, Augustus	Peri-urbana	-
Aquisição de recipientes para deposição adequada de lixos	Comité de Estado	IMP, PNUD, UN-H, Augustus, UEMOA	Cidade	10.000.000
Criar programas de sensibilização, informação e comunicação sobre gestão de lixo	Comité de Estado	Rádio Comunitária de Bafatá (RCB)	Cidade	10.000.000
Médio Prazo (2-5 anos)				
Realizar estudos técnicos para implantação de aterro controlado na cidade	Comité de Estado	UN-H, PNUD, FNUAP, PLAN, UE, UEMOA, Ministério do Ambiente, ONGs	Cidade	15.000.000
Aprovação de estudos técnicos para implantação de aterro controlado na cidade	Comité de Estado	UN-H, PNUD, FNUAP, PLAN, UE, UEMOA, Ministério do Ambiente, ONGs	Cidade	1.000.000
Implantar aterro controlado na cidade	Comité de Estado	UN-H, PNUD, PLAN, UE, UEMOA, Ministério da Economia e Finanças, ONGs	Cidade	250.000.000
Construir latrinas melhoradas e ecológicas nos espaços públicos (mercados, Estádio, paragens e jardins), conforme arquitetura adaptativa	Comité de Estado	ONGs, PDDC, UNICEF, PLAN, UE, ADPP, Agências de Cooperação	Bairro 4, Pista, Praça, Estádio	30.000.000
Formar quadros técnicos e Voluntários sobre técnicas de 3Rs (Reutilizar, Reduzir e Reciclar) para múltiplos usos	Comité de Estado	UE, UN-H, PNUD, Cidades Germinadas, UEMOA, ONGs, Agências de Cooperação	Cidade	10.000.000

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Longo Prazo (5-10 anos)				
Criar centro de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos	Comité de Estado	UN-H, PNUD, UE, UEMOA, Ministério do Ambiente, Agências de Cooperação, Cidades Germinadas, Parcerias públicas e privadas	Cidade	207.000.000
Promover empreendedorismo juvenil na gestão de lixo	Comité de Estado	Parceria Pública e Privada, Agências de Cooperação, EU, PNUD	Cidade	50.000.000

AÇÃO PRIORITÁRIA 4: REFORÇAR A SEGURANÇA PÚBLICA

Resultados Esperados:

Promover ações integradas e participativas para redução de problemas de segurança urbana na perspectiva de transformar Bafatá em uma cidade segura e inclusiva

O nível de criminalidade em Bafatá é um dos maiores da Guiné-Bissau, e figura entre a 4ª posição logo após a região de Oio nestes últimos anos. A maioria das ações de criminalidade ocorre durante a noite devido à falta da iluminação pública e cria condições para ação dos criminosos (Polícia de Segurança Pública, ano 2015 a 2016).

A iluminação pública é deficiente na cidade. Uma grande maioria das ruas estão por iluminar e tem constituído focos de criminalidade e/ou áreas de assaltos e roubos. A Cidade possui central que fornece a iluminação apenas durante a noite e na sua maioria para as residências. Confrontado com os elevados custos de produção da energia, a cidade mostra-se incapaz de suportá-los.

Mas na verdade, a Cidade de Bafatá apresenta grande potencialidades para produção de energias renováveis (solar), devido ao alto índice de insolação.

Constitui, no entanto, condições normais para se instalar uma central solar para a produção de energia limpa, capaz de garantir a iluminação pública nas ruas e avenidas e fornecer eletricidade à população a preços mais acessíveis, promovendo poupanças às famílias e ao Governo Local.

Também, reduzir as ameaças de insegurança pública e ainda reduzir a exposição face aos grupos eletrogéneos que proliferam os ruídos sonoro, risco na gestão dos hidrocarbonetos e outras substâncias que podem comprometer a segurança das pessoas.

Essa aposta tem, além das vantagens acima mencionadas, influências transversais muito positivas para o crescimento resiliente e sustentável da cidade, e uma contribuição muito importante nos esforços locais para a redução do aquecimento global.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Médio Prazo (2-5 anos)				
Implantar Postos de Polícias de Ordem Pública nos bairros e desenvolver estratégias de Policiamento Comunitário	Ministério de Interior	UNIOGBIS, UE, UN-H, PNUD, UEMOA, BAD, BM	IUSSI, Tunturum, Ponte Nova	100.000.000
Equipar os postos policiais de meios de transportes, rádios de comunicação e linha verde	Ministério de Interior	UNIOGBIS, UE, UN-H, PNUD, UEMOA, BAD, BM	Postos Policiais	75.000.000
Longo Prazo (5-10 anos)				
Aquisição e instalação de postes eléctricos com painéis solares para iluminação pública na cidade e locais de criminalidade	Ministério da Energia	UEMOA, BAD, BM, BOAD, PNUD, Agências de Cooperação	IUSSI, Tunturum, Ponte Nova, Bairro Cuburnel, Palhota, Lay Ferlo	200.000.000
Reabilitar e alargar infraestruturas de Iluminação pública	Ministério da Energia	TESE, UE, PNUD, UEMOA, BAD, BM	IUSSI, Tunturum, Ponte Nova, Cuburnel, Palhota, Lay Ferlo, Nema, Ciberia, Rua Bamba, Bairro Polícia	500.000.000
Controlo e Manutenção de postos de iluminação pública	Ministério da Energia	TESE, UE, PNUD, UEMOA, BAD, BM	Cidade	2.500.000/ano

AÇÃO PRIORITÁRIA 5: DESENVOLVER A ECONOMIA URBANA

Resultados Esperados:

Promover a diversificação agro-económica e valorização do setor informal como mecanismos para promoção de uma economia local vibrante capaz de alavancar o desenvolvimento local

A falta de uma política económica clara para promover as potencialidades económicas está na origem de vários fatores que explicam um baixo rendimento das famílias das cidades da Guiné-Bissau e particularmente de Bafatá. Como a economia é um potencial enorme para a fixação das pessoas, principalmente dos jovens nas suas localidades, a falta de opções que garantam uma melhoria das necessidades das pessoas originou muitas migrações rurais para o grande centro urbano do país, a capital Bissau.

As atividades de pesca e as práticas agrícolas, assistidas nos braços dos rios da Cidade, o pastoreio organizado, a promoção do comércio e a criação de pequenas unidades de transformação de frutas e derivados, serviria para melhorar a renda das famílias.

O total reconhecimento pelas outras atividades geradoras de rendimento desempenhada pelas mulheres, mas que se encontram na informalidade e que uma vez organizadas podem constituir o suporte para a resiliência da economia local.

As atividades económicas na Cidade são feitas de maneira informal e sem conhecimento técnico dos agentes que a praticam. Portanto, uma aposta no setor informal permitiria à governação económica ter maiores êxitos na melhoria das condições de vida das camadas menos favorecidas.

Como resultado, a diversificação da economia garante uma resiliência a qualquer economia do mundo. Portanto, constitui assim uma aposta séria conforme evidenciado nas ações abaixo indicadas.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Curto Prazo (0-2 anos)				
Reforçar as capacidades de Comitê de Estado na matéria de gestão financeira responsável para melhorar a prestação de contas	Tribunal de Contas	UEMOA, BM, UE, PNUD, ACTL, ENA, DIVUTEC	Cidade	12.000.000
Promover a fileira de avicultura e piscicultura oferecendo treinamento e materiais/equipamentos iniciais	MADR (Pecuária)	FAO, CEDEAO, UEMOA, BAD, Mani-TESE, UE, PAM	Cidade	39.000.000
Criar programa de sensibilização de criadores de gado e agricultores	DRADR	BM, FAO, CEDEAO, UEMOA, CILLS, BAD, UA, UE, BOAD, Agências de Cooperação, Associação de Criadores de Gado	Cidade	15.000.000
Médio Prazo (2-5 anos)				
Alargar as caixas de microcrédito para as mulheres e jovens das áreas urbanas e rurais, mediante um processo de capacitação técnica	Ministério das Finanças	Agência de Promoção de microcrédito, CCIAS, DIVUTEC, CARITAS, ASPAP	Cidade	100.000.000
Organizar e transformar as mulheres comerciantes informais para formal, através de ações de formação	SEPIR	BM, UE, CEDEAO, UEMOA, FNUAP, ACTL, FAO, ONU Mulher	Cidade	18.750.000
Promover cooperativas agrícolas como forma de potencializar os ganhos do setor agrário	SEPIR	BM, UE, PAM, CEDEAO, UEMOA, ACTL, FAO, ONU Mulher, ENA, ONGs, Agências de Cooperação	Cidade	7.500.000
Criar Centro Multifuncional para capacitação e orientação empresarial de mulheres e jovens	SEPIR	BM, UE, CEDEAO, UEMOA, ACTL, FAO, ONU Mulher, AMAE, Plan, UNICEF, PNUD, Redes de Associações de Base	Cidade	123.000.000

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Médio Prazo (2-5 anos)				
Capacitar os serviços técnicos agrários para potencializar o desenvolvimento integrado da agricultura urbana	MADR	CEDEAO, PAM, BOAD, BAD, UA, UEMOA, Agências de Cooperação, PAM, FAO, PNUD, ONGs	Cidade	10.000.000
Longo Prazo (5-10 anos)				
Incentivar a produção de cereais (milhos: preto, cavalo, sorgo) através de distribuição de sementes	MADR	BM, PAM, FAO, CEDEAO, UEMOA, BAD, IBAS, UA, EU, BOAD, ONGs	Cidade	63.000.000
Aquisição e abastecimento de medicamentos veterinários para bovinos e caprinos	MADR/DGP	CEDEAO, BOAD, BAD, UA, UEMOA, Agências de Cooperação, PAM, FAO, PAM, PNUD, ONGs	Cidade	144.000.000
Aquisição de fatores de produção (maquinas ceifeiras, moinhos e descascadoras) para apoiar camponesas	MADR	CEDEAO, BOAD, BAD, UA, UEMOA, Agências de Cooperação, PAM, FAO, PNUD, Ministério das Finanças	Cidade	819.000.000
Criar e promover gestão integrada de zonas de pastagem	MADR/DGP	CEDEAO, BOAD, BAD, UA, UEMOA, Agências de Cooperação, PAM, FAO, PNUD, Associação de Criadores de Gado	Cidade	45.500.000

AÇÃO PRIORITÁRIA 6: CRIAR E REABILITAR ESPAÇOS PÚBLICOS

Promover um desenvolvimento urbano equitativo, inclusivo e resiliente através da reabilitação e construção descentralizada de espaços públicos na cidade

Resultados Esperados:

Fazendo uma pequena alusão ao que é a Cidade, foi criado nas épocas remotas cidades integradas e inclusivas, por isso nota-se a concentração de infraestruturas de lazer e recreação disponíveis apenas na parte formal da cidade. As novas zonas estão desprovidas destas infraestruturas indispensáveis para a boa qualidade de vida da população. Atualmente, a maioria das infraestruturas de lazer criadas na época colonial encontram-se em estado avançado de degradação, além de existirem em número bastante reduzido e não conseguem atender a demanda da população em ritmo acelerado de crescimento.

Como o crescimento da Cidade está a acontecer de forma desordenada, o uso dos espaços públicos constitui elemento de conflito tanto de ocupação de espaço como na utilização de infraestruturas,

impactando negativamente na condição de vida das crianças e jovens da cidade.

Sendo assim, as crianças, jovens (meninas) e populares da Cidade não têm espaços reservados para o lazer, recreação e entretenimento, assim como desconhecem as formas de lidarem e protegerem esses bens públicos. Eleger a planificação territorial como prioridade é condição para otimização dos recursos e mecanismos para construção da resiliência, na medida em que a sua falta afeta diretamente a habitabilidade, locomoção, segurança, vida social, ambiente e produtividade da cidade.

A reabilitação e a criação destes espaços permitem a promoção de melhorias de qualidade de vida, enquanto as suas manutenções garantem uma governação mais inclusiva e exercícios da cidadania.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Curto Prazo (0-2 anos)				
Elaborar Estudos Técnicos e Projetos de Execução	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UNICEF, PLAN, UE, BID, UN-H	Cidade	30.000.000
Aprovação de estudos técnicos para construção/reabilitação de espaços públicos (jardins, mercados, paragens e clube desportivo)	Ministério das Obras Públicas (Geografia e Cadastro)	UNICEF, PLAN, Ministério das Obras Públicas, UE, BID, UN-H	Cidade	2.000.000
Realizar ações de sensibilização nos bairros para melhor utilização dos espaços públicos	Rádio Comunitária de Bafatá (RCB)	PLAN, UN-H, PNUD, BM, EU, BOAD, BAD, ONGs, FNUAP, Agências de Cooperação, Comité de Estado	Cidade	25.000.000
Médio Prazo (2-5 anos)				
Integrar os espaços públicos nos principais instrumentos de Governança Urbana	Ministério das Obras Públicas (Habitação e Urbanismo)	UNICEF, PLAN, PNUD, UN-H, UE, Ministério das Finanças, Parceria Públicas e Privadas	Cidade	-
Dotar o Departamento de Saneamento de capacidades técnicas para gestão e manutenção de Espaços Públicos	Comité de Estado	UNICEF, PLAN, PNUD, UN-H, UE, UEMOA, Ministério das Finanças, Parceria Públicas e Privadas, ONGs, Cidades Germinadas (Chaves e Vagos)	Cidade	10.000.000
Incentivar sistema de subvencionamento para manutenção dos Espaços Públicos parte de Governo Local	Comité de Estado	Ministério das Finanças	Comité de Estado	2.500.000/ano
Aquisição de materiais para manutenção dos espaços públicos	Comité de Estado	UNICEF, PLAN, PNUD, UN-H, UE, Ministério das Finanças, Parceria Públicas e Privadas, Cidades Germinadas	Comité de Estado	25.000.000

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Longo Prazo (5-10 anos)				
Construir, reabilitar e equipar os jardins na perspectiva integrada	Comité de Estado	UNICEF, PLAN, FNUAP, UE, PDDC/BM, UNICEF, UN-H, ONGs	Praça Municipal, Rotunda Amílcar Cabral, Jardim de Comité de Estado	50.000.000
Manutenção dos Espaços Públicos	Comité de Estado	UNICEF, FNUAP, UE, PDDC/BM, UNICEF, UN-H, ONGs, Parcerias Públicas e Privadas	Cidade	2.500.000,00/ano

ACÇÃO PRIORITÁRIA 7: REFORÇAR AS CAPACIDADES LOCAIS PARA A ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

Resultados Esperados:

Desenvolver atividades que visam integrar a adaptação/mitigação na planificação local na perspectiva de diminuir os impactos negativos e permiti-la recuperar-se rapidamente após desastres e catástrofe natural

Bafatá e outras aldeias da região estão particularmente expostas a inundações por se localizarem nas áreas planas do rio Geba, onde a água flui e cobre grandes planícies. Durante a época da chuva, os bairros situados às margens do rio (Ponte Nova, Praça, Nema, Binalú), ficam totalmente inundados. Já em 2000 – 2002, as cheias afetaram grande parte da população desses bairros, impactando negativamente as atividades de subsistência e cobrindo a maioria das bolanhas. A provisão de eletricidade e água também foram afetadas.

A cidade ainda conheceu nos últimos anos, ventos fortes tendo causado danos incalculáveis e perdas de vidas humanas. Igualmente, ocorrências de fogo no período seco (Novembro a Maio) que tem devastado as plantações de caju, principal produto de exportação do país e fonte de riqueza das famílias guineenses. Todos esses fenómenos acontecem diante da inércia e impotência dos serviços competentes de Estado para dar uma resposta que visa atenuar e/ou reparar os danos.

Ainda na Cidade, as pessoas têm hábitos de construir as suas habitações sem plantarem árvores junto às suas casas. Muitas famílias constroem e pavimentam todo o terreno, além disso, as ruas são

abertas de forma desordenada, sem canais de drenagem ou espaços públicos.

De 2012 a 2014, foram registados na região cortes abusivos de espécies florestais para fins madeireiros e em contrapartida não houve nenhuma ação de repovoamento florestal na perspectiva de restabelecer o equilíbrio biológico. Apesar da moratória decretada pelo governo central, alguns sinais de corte ainda se fazem sentir.

Estes fatores ambientais e antropogénicos estão a contribuir para o agravamento da vulnerabilidade da Cidade, a degradação das condições de vida das populações locais e a deterioração do clima. As respostas por parte das autoridades locais e central não têm sido eficazes ou impactantes para minimizar os efeitos da calamidade natural.

Para tal, é necessária uma intervenção de todas as partes interessadas, de maneira a combater e a adaptar-se às variações climáticas (natural ou antrópica) que se fazem sentir durante várias estações do ano na cidade. É importante informar e conscientizar a população sobre os riscos com vista a saberem lidar com os fenómenos das alterações climáticas de que são vulneráveis e provocar mudanças de atitudes, de maneira a tornar o seu habitat mais saudável e onde cada ser se sintá valorizado.

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Curto Prazo (0-2 anos)				
Criar comitê de coordenação para gestão de riscos de desastres	Proteção Civil	PNUD, PAM, FAO, UICN, CILLS, ONGs	Cidade	10.000.000
Implantar Delegacia Regional do Ambiente na Cidade para melhor coordenar os esforços de A&M	Ministério do Ambiente	UN-H, PNUD, FAO, UE, UICN, PAM, Comitê de Estado	Cidade	5.000.000
Promover campanhas de sensibilização para disseminação das leis ambientais e proteção da natureza	APRODEL	UN-H, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM, UE, UICN, PAM, PLAN, ONGs	Cidade	10.000.000
Promover campanhas de repovoamento florestal ao nível da Cidade incluindo as zonas sensíveis e braços de rio	Direção Geral das Florestas e Fauna	UN-H, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM, UE, UICN, PAM, PLAN, ONGs	Cidade	15.000.000
Médio Prazo (2-5 anos)				
Elaborar seguintes instrumentos de política: perfil de vulnerabilidade climática; Plano de contingência; e Estratégia para redução de riscos de desastres na cidade	Ministério do Ambiente	UN-H, BM, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM, UE, UICN, PDDC	Cidade	65.000.000
Aprovação dos planos e estratégias de redução de riscos de desastres	Comitê de Estado	PNUD, PAM, FAO, UICN, CILLS, ONGs, MA, PNUD, UICN	Cidade	5.000.000
Implementação de medidas de instrumentos de política	Comitê de Estado	PNUD, PAM, FAO, UICN, CILLS, ONGs, MA, PNUD, UICN	Cidade	- ³
Reforçar as capacidades técnicas da estação meteorológica	Ministério do Ambiente	PNUD, PAM, FAO, UICN, CILLS, ONGs, MA, PNUD, UICN	Estação Meteorológica de Bafatá	25.000.000
Equipar a estação meteorológica com materiais e equipamentos	Ministério do Ambiente	PNUD, PAM, FAO, UICN, CILLS, ONGs, MA, PNUD, UICN	Estação Meteorológica de Bafatá	75.000.000

³ A ser apresentado nos estudos técnicos

Atividades Planeadas	Responsável	Parceiros	Local na Cidade	Custos (XOF)
Médio Prazo (2-5 anos)				
Criar viveiros públicos para produção de espécies florestais	Direção Geral das Florestas e Fauna	UN-H, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM, UE, UICN, PAM, PLAN, ONGs	Cidade	10.000.000
Proteger e conservar zonas verdes existentes	Direção Geral das Florestas e Fauna	UN-H, PNUD, CILLS, BAD, FAO, PAM, UE, UICN, PAM, PLAN, ONGs	Boma, Tricilim, Faustino, Mangafarã, Fonte de Silva (Mato)	18.000.000
Longo Prazo (5-10 anos)				
Reassentamento das famílias que vivem nas áreas de risco	Proteção Civil	UN-H, BAD, FAO, PAM, UE, PNUD, BM, UNICEF, Agências de Cooperação, Parcerias Públicas e Privadas	Ponte Nova, Nema, Sintchã Bonco e Binalu	50.000.000

IMPLEMENTAÇÃO, COORDENAÇÃO E MONITORIA

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO QARC-BAF

O Quadro de Ação da Resiliência da Cidade de Bafatá é um documento que doravante faz parte do complemento da estratégia regional com aplicabilidade a nível da referida Cidade, mas que certamente poderá servir como referência para outras cidades que compõem a região.

Para sua aplicação há uma imperiosa necessidade de flexibilização e de adoção de abordagem inclusiva e participativa para melhor adaptá-lo às possíveis alterações impostas pela dinâmica local e reconhecer os atores locais como verdadeiros dono do processo de desenvolvimento. Portanto, não é um documento isolado, mas sim um documento complementar, que pretende ser ponto de convergência para realização das diferentes Agendas e objetivos estratégicos locais, nacionais, regionais e globais.

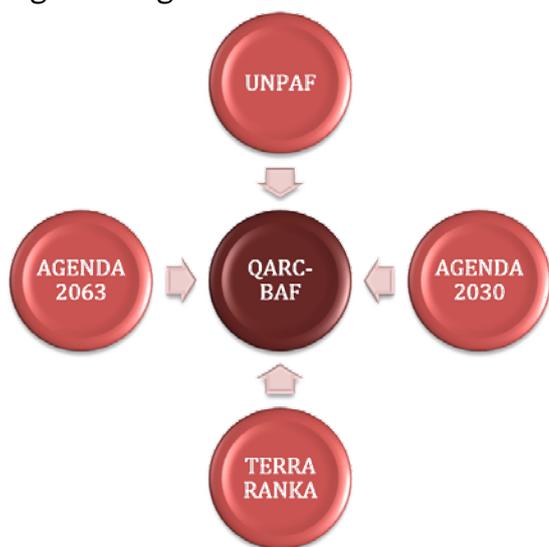


Figura 13. Convergência de Agendas.

Recomenda-se que a sua operacionalização seja precedida de consulta as bases para elaboração de projetos integrados

e inclusivos. No entanto, é preciso definir claramente as competências e responsabilidades de cada instituição/ organização envolvida, com vista a viabilizar a troca de informações, prestação de contas e otimização dos escassos recursos, e conseqüentemente, evitar conflitos institucionais, sobreposições e duplicação de esforços.

MECANISMO DE COORDENAÇÃO

Na implementação deste Quadro de Ação, o Gabinete Regional do Plano e Estatísticas (GRPE) é a entidade responsável pela coordenação e orientação dos diferentes parceiros de desenvolvimento para uma atuação harmonizada, impactante e de otimização dos recursos. O GRPE vai identificar Pontos Focais (PFs), que se encarregarão de questões nas respetivas delegacias, os parceiros/doadores, discutir e aprovar mecanismos de implementação, seguimento e relatórios de progressos das ações de resiliência.

Portanto, reconhecendo as fragilidades técnicas e institucionais do GRPE, recomenda-se a criação de uma estrutura técnica de apoio, denominado Comité Local de CityRAP (CLC) integrado na sua maioria pelos Pontos Focais que conduziram o processo de elaboração deste Quadro de Ação. O CLC vai ser criado através de despacho do Governador atribuindo-lhe de forma clara e objetiva, responsabilidades e competências para em conjunto dinamizar a implementação deste documento de política.

As Entidades Desconcentradas de Estado (EDE) na região são Pontos Focais responsáveis pela implementação das atividades apontadas neste Quadro de

Ação. Doravante devem estabelecer e obedecer aos mecanismos de coordenação apresentadas pelo GRPE. Os Parceiros são entidades parceiras do governo central ou local, dispostas a portar suas ajudas técnicas, financeiras ou em atividades concretas para implementação deste Quadro de Ação.

As Organizações da Sociedade Civil, incluindo o poder tradicional, são estruturas de consulta, informação e podem desempenhar um papel relevante no seguimento e mediação de conflitos decorrentes da implementação de ações de resiliência na cidade. Acredita-se que uma atuação conjunta e coordenada entre as estruturas acima citadas poderá permitir à cidade de Bafatá perspetivar um futuro resiliente e sustentável de acordo com objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka, Agendas 2063 (Agenda Africana) e 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

MECANISMO DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

Apesar de ainda o país adotar o regime da administração centralizada, cujos esforços em curso para realização das eleições autárquicas e compreendendo que o horizonte temporal deste documento é de 2018 – 2027, é proposto um modelo de Seguimento mais inclusivo e participativo, que integra o GRPE, o Comité Local de CityRAP, a Organização da Sociedade Civil, o poder tradicional e os Deputados da Nação eleitos na Cidade.

Julga-se, por ser uma atividade contínua, que todas as partes implicadas na implementação da Monitoria devem comprometer-se em criar mecanismos

para trocas de dados e informações. Devido ao seu papel de coordenação, o GRPE deve produzir um relatório informativo sobre o estado de avanço ou de implementação de Quadro de Ação. Deve haver reuniões ordinárias de coordenação trimestralmente, bem como a apresentação de relatório de Monitoria semestral.

Mecanismos de comunicação e fichas de seguimento para recolha de diferentes tipos de dados e informações vão ser produzidas e partilhadas pelo GRPE na perspetiva de harmonizar e agilizar produção de informações e evitar duplicação de dados e/ou bancos de dados.

A avaliação deve ser realizada anualmente e em observância as seguintes situações: 2 anos (curto prazo), 5 anos (médio prazo) e 10 anos (longo prazo). No entanto, um Plano de Trabalho Anual (PTA) deve ser elaborado e apresentado na reunião de coordenação da GRPE. Este órgão deve fornecer fichas, modelo de planificação onde cada Ponto Focal vai responsabilizar-se pela ação. Recomenda-se estabelecimento de linha de base/ponto de referência para cada atividade; Definição clara de metas e indicadores, preferencialmente os que são facilmente mensuráveis; Identificação de métodos, técnicas de coleta de dados, frequências e meios de verificação.

A avaliação pode ainda ser interna e externa. Isto significa dizer que os implicados na implementação, desde que haja necessidade, podem solicitar uma avaliação junto a um Ponto Focal que tenha recebido fundos para realização de determinadas atividades. Também a entidade/organização financiadora pode recorrer a uma avaliação externa. Esses mecanismos visam simplesmente

assegurar a transparência na gestão de fundos públicos e também desenvolver a cultura de prestação de contas junto aos gestores públicos.

Os relatórios de Monitoria e Avaliação (M&A) devem ser circulados através de canais de comunicação mais acessíveis às diferentes partes interessadas. O objetivo, neste caso, é de partilhar as informações a todos níveis e ajudar a melhorar o processo de planificação e tomadas de decisões.